



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

VÂNIA DE FÁTIMA LIMA CARNEIRO LEMOS MOREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM
SANTA RITA-PB E SEUS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE**

João Pessoa,
2014

VÂNIA DE FÁTIMA LIMA CARNEIRO LEMOS MOREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM
SANTA RITA-PB E SEUS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Professora Doutora
Germana A. Menezes

João Pessoa,
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M838p Moreira, Vânia de Fátima Lima Carneiro Lemos
Políticas públicas educacionais para a educação do campo em
SantaRita-PB e seus desafios na contemporaneidade [manuscrito]
: / Vânia de Fátima Lima Carneiro Lemos Moreira. - 2014.
40 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Germana Alves de Menezes,
Departamento de Educação".

1.Educação do campo. 2. Políticas públicas. 3.Práticas
pedagógicas. I. Título.

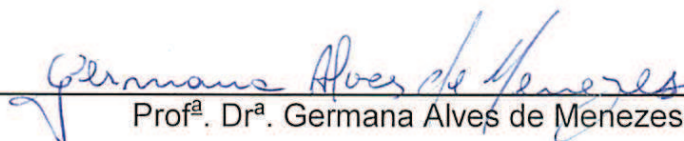
21. ed. CDD 370

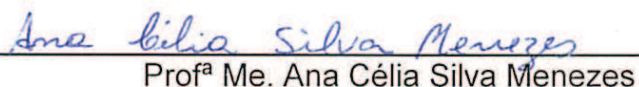
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM SANTA
RITA-PB E SEUS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Pós-Graduação em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares.

Aprovada em : 19 / julho / 2014.

Banca examinadora


Prof^a. Dr^a. Germana Alves de Menezes


Prof^a Me. Ana Célia Silva Menezes


Prof^a Dr. Antônio Alberto Pereira.

Dedico esta monografia ao meu marido Alexandre Lemos, aos meus filhos, Juliana, Alexandre Filho, Ricardo, os quais ainda estão trilhando na vida acadêmica. Em especial Alexandre Filho que me serviu de referencial por sua determinação, disciplina e amor pela pesquisa científica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus**, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, sempre presente nas alegrias e nas horas de angústia, meu refugio, meu tudo, pelo trabalho que consegui desenvolver nesta monografia.

Aos meus pais **Edson Carneiro e Maria José Carneiro**, que serviram de referencial em toda minha vida, pois desde a infância foram exemplos de dignidade, amor e dedicação para com seus filhos.

Ao meu marido **Alexandre Lemos**, pela paciência, incentivo e todo amor que me dedica ao longo dos nossos 29 anos de casados, aos meus amados filhos **Juliana, Alexandre Filho e Ricardo** com quem aprendo todos os dias, e por transmitirem amor, respeito, obediência e o vigor da juventude.

A todos os professores que passaram pela turma 12, em especial a **Prof.^a Germana Alves de Menezes** minha orientadora pelo seu tempo, compromisso e paciência na transmissão dos seus conhecimentos, a todos os meus colegas de sala, uma vez que juntos aprendemos e transmitimos uns aos outros a nossa vivência de sermos Educador.

Faço um agradecimento especial a amiga **Edênia** que doou seu tempo contribuindo com o seu conhecimento da Língua Portuguesa aprimorando minha Pesquisa.

A todos os colegas, **Toninho, Higia, Flávia, Maria, aos professores e técnicos de Santa Rita** que contribuíram com textos, questionários e principalmente com incentivo e carinho para que me sentisse apta a concluir este trabalho de Pesquisa.

Enfim a todos que direta ou indiretamente me apoiaram para que eu chegasse até aqui, a todos meu carinho, respeito e muito obrigada!

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta monografia apresenta uma análise das políticas públicas educacionais da educação do campo no município de Santa Rita-PB. Além de realizar um levantamento das normativas que tratam da Educação do Campo; apresentar a estruturação e a organização desta, como também caracterizar os programas e ações integrados nas políticas públicas para Educação do Campo no referido município. Ainda analisa a aplicabilidade dos programas para Educação do Campo. Esta é entendida como uma atividade de ensino apenas, porém ela é mais que isso, uma vez que se constitui em um ato político e educativo formando cidadãos protagonistas de sua história. Além disso, a educação do campo poderá ocorrer em seu contexto formal da educação básica ou pela educação informal por meio dos sindicatos, organizações não-governamentais, grupos políticos, movimentos sociais, dentre outros. Para a realização deste trabalho foi utilizada como metodologia a pesquisa exploratória. Para a coleta de dados foi empregado um questionário semiestruturado composto de 10 questões. Como sujeitos da pesquisa elegeu oito profissionais da secretaria de educação do município de Santa Rita, sendo estes: gestores, professores e técnicos que atuam na área da educação do campo no município de Santa Rita- PB. Para os estudos contemplamos e nos valem de autores como Caldart, Ferreira e Brandão; Bernardo, Pereira e Paulo Freire. Os resultados alcançados apontam para a necessidade de se fortalecer estas políticas, além um melhor direcionamento das mesmas para o município de Santa Rita. Constatamos que os profissionais conhecem as diretrizes operacionais e acreditam nas políticas públicas, bem como acham importante a utilização de práticas pedagógicas que valorizam a cultura e o modo próprio de vida dos sujeitos do campo. No entanto através da aplicação do questionário foi detectado a falta de implementação efetiva destas políticas públicas no referido município.

Palavras-chaves: Educação do Campo. Políticas públicas. Município de Santa Rita.

ABSTRACT

This monograph presents an analysis of the educational policies of rural education in the municipality of Santa Rita-PB. In addition to conducting a survey of the rules that deal with the Field Education; present structure and its organization and to characterize the integrated programs and actions in public policies for Rural Education in the municipality. Further examines the applicability of programs for Rural Education. This is understood as a learning activity only, but it is more than that, since it constitutes a political and educational act forming protagonists of his story public. In addition, field education may occur in the context of their formal basic education or the informal education through labor unions, non-governmental organizations, political groups, social movements, among others. For this work was used as the research methodology **of descriptive and** exploratory nature. For data collection was used a semi-structured questionnaire consisting of 10 questions. As research subjects elected eight professionals from the county board of education of Santa Rita, these being: managers, teachers and other technical executors of public policies and projects in the field of education in the municipality of Santa Rita-PB. For studies contemplate avail ourselves of authors like Caldart, and Ferreira Brandão; Bernardo Pereira and Paulo Freire. The achieved results point to the need to strengthen these policies, and better targeting of the same to the municipality of Santa Rita. Found that professionals know the operational guidelines and believe in public policy, as well as find important the use of pedagogical practices that value the culture a Keywords: Rural Education. Public policy. Municipality of Santa Rita.nd own way of life of the subjects of the field. However by applying the questionnaire was detected the lack of effective implementation of these policies in the municipality.

Keywords: Rural Education. Public policy. Municipality of Santa Rita.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
I. EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM CONCEITO NOVO E EM CONSTRUÇÃO	14
1.1 Diretrizes operacionais por uma educação básica no campo	17
II. CONTEXTUALIZANDO O MUNICÍPIO DE SANTA RITA	22
2.1. Subdistritos e localidades rurais de Santa Rita-PB	23
2.2. Aspectos econômicos do município de Santa Rita.....	23
2.3. A educação no município de Santa Rita	24
III. O OLHAR DO EDUCADOR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A	
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA	26
3.1 Identificação dos entrevistados:.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICE.....	39

Introdução

A educação do campo quando inserida em um contexto capitalista e excludente suporta várias problemáticas provenientes das forças advindas das leis de mercado, da exploração trabalhista, das desigualdades socioeconômicas, dentre outros. Por isso, se faz necessário estabelecer um diálogo entre as políticas públicas educacionais e a realidade dos alunos das comunidades rurais.

Historicamente, a economia brasileira é essencialmente agrária, fazendo uso da produção agrícola, pecuária e extrativista para a manutenção da engrenagem econômica. Em função disso, os grandes grupos econômicos e as classes sociais fundiárias monopolizaram este setor econômico, explorando a mão-de-obra de pequenos agricultores e de suas famílias, utilizando-se, ademais, do trabalho infanto-juvenil. Ressalta-se que esta realidade social é fruto da colonização, do regime escravagista e do latifúndio, que perdurou no Brasil por mais de um século.

A escola como uma instituição deve oportunizar a mudança social e favorecer o desenvolvimento socioeconômico, por isso, faz-se necessário um suporte estatal em consonância com os grupos sociais, que clamam por justiça e equidade. Para tanto, precisa-se modificar a ideia de educação rural, proveniente do regime escravista e das oligarquias rurais, a qual perpetuava a visão de modernização do campo para favorecer o mercado latifundiário. Deste modo tem-se o imperativo de valorizar a escola pública, gratuita e democrática na área rural.

É por meio da educação que o indivíduo adquire competências e habilidades para o exercício da cidadania, obtém acesso aos bens culturais, possibilitando a ampliação e defesa de seus direitos fundamentais. Urge-se pela educação ampla para a classe trabalhadora do campo, pois se trata de um terreno fértil das lutas sociais, assim, as políticas públicas precisam garantir a universalidade do ensino público e também permitir a valorização da diversidade sociocultural da comunidade rural, coerente com o princípio da isonomia. Destaca-se que a educação do campo traz várias demandas temáticas como a luta pela terra, pela preservação do meio ambiente natural, pela água, etc. Assim, o espaço rural exige que a escola trabalhe a cultura local, não com os estereótipos de atraso intelectual e de pobreza extrema, por isso, é inadmissível que a escola permita que os alunos passem por um processo de aculturação urbana.

A educação do campo é entendida como uma atividade de ensino apenas, porém ela é mais que isso. Trata-se de um ato político e educativo. Formando cidadãos protagonistas de sua história. Além disso, a educação do campo poderá ocorrer em seu contexto formal da educação básica ou pela educação informal por meio dos sindicatos, organizações não governamentais, grupos políticos, movimentos sociais, dentre outros. Em razão disso, os componentes curriculares, as políticas públicas educacionais, a estrutura pedagógica da escola deve dialogar com as especificidades e potencialidades dos alunos do campo, pois cada grupo em determinado lugar possui peculiaridades próprias.

Assim, a escola como espaço de formação humana deve inserir este público-alvo nas salas de aulas para garantir-lhe a aquisição de competências e habilidade para sua efetiva participação na sociedade. Isto pode ser alcançado a partir da aplicabilidade de um projeto educacional que envolva os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, que viabilizem os bens culturais e materiais para a comunidade do campo, bem como o usufruto de direitos e garantias fundamentais.

O que nos levou a trabalhar com este tema foi a experiência com a Educação do Campo, no Programa Escola Ativa durante quatro anos na Secretária de Educação do Estado como também compartilhar com educadores do campo, de vários municípios suas angústias, limitações, mas também suas potencialidades e seus anseios por fazer uma educação de qualidade. O interesse em particular pelo município de Santa Rita é por ser filha natural do mesmo e saber das dificuldades dos profissionais que atuam na zona rural.

Considerando estas questões, este estudo tem como questão principal as políticas públicas voltadas para a educação do campo e suas possíveis contribuições para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos alunos das escolas do campo do município de Santa Rita.

Nosso objetivo maior é analisar as diversas políticas públicas educacionais voltadas para a população que reside no campo no município de Santa Rita- PB. Como objetivos específicos nos propomos a: Realizar um levantamento das normativas que tratam da Educação do Campo; Apresentar a estruturação e a organização da Educação do Campo no município em Santa Rita-PB, como também caracterizar os programas e ações integrados nas políticas públicas para Educação do Campo no município; Analisar a aplicabilidade dos programas para Educação do Campo.

A metodologia de pesquisa utilizada se configura como uma pesquisa de caráter qualitativo, e classificada como um estudo exploratório.

A pesquisa exploratória, conforme Oliveira (2007:65), “este tipo de pesquisa objetiva dar uma explicação geral sobre determinado fato, através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de documentos”.

Além da pesquisa bibliográfica e documental realizada, realizamos ainda a aplicação de um questionário (anexo 1), semiestruturado composto de 10 questões, que foi aplicado a oito (08) profissionais da secretaria de educação do município de Santa Rita, sendo estes: gestores, professores técnicos e outros executores das políticas públicas e projetos na área da educação do campo no município de Santa Rita- PB.

Esse instrumento de pesquisa está estruturado em duas partes: a primeira - identificação do perfil dos profissionais; a segunda – remete a questões voltadas para as políticas públicas educacionais do Campo no município de Santa Rita.

Vale destacar que o referido município possui 24 escolas na zona urbana e 27 na zona rural, e um corpo docente composto por 208 professores com nível superior e 25 professores de nível médio e, apenas 01 com ensino fundamental. Ao passo que possui 4.593 alunos, cursando desde a educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental, sendo ofertados também os projetos Mais Educação, Correção de Fluxo e Trilhas.

Esta monografia está organizada da seguinte forma: a primeira parte, intitulada “Educação do Campo: um conceito novo e em construção”, trata de um pequeno histórico sobre a Educação do Campo e suas políticas públicas; na segunda parte, que tem como título “Contextualizando o município de Santa Rita” Busca-se apresentar o município de Santa Rita, fazendo um breve histórico, com ênfase na Educação do Campo e suas problemáticas; a terceira parte, intitulada “O olhar do Educador para as políticas públicas no município de Santa Rita”, apresenta e analisa as informações obtidas a partir do questionário aplicado aos profissionais do referido município.

Para a construção desta monografia nos pautamos nos seguintes estudiosos da temática: Caldart, Ferreira e Brandão; Bernardo, Pereira, e Paulo Freire por fim fizemos uma análise dos dados coletados dos profissionais da Educação do Campo do município de Santa Rita.

I. Educação do Campo: um conceito novo e em construção

Nesta parte trataremos de conceitos da Educação do Campo e suas especificidades.

A concepção de educação varia de acordo com a cultura e com a realidade social de cada povo, pois cada sociedade possui realidades distintas e com valores diferenciados, por isso, a educação não é sinônimo de escolarização, haja vista que o processo educativo ocorre em qualquer lugar, desde que haja a transmissão do saber e da cultura, a exemplo da educação familiar, sindical, religiosa, moral dentre outras.

Libâneo (1994) entende a educação como:

[...] o processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas- físicas, morais, intelectuais, estéticas- tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais. A educação corresponde, pois, a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social e do caráter [...] (LIBÂNEO, 1994, p. 22-23).

O conceito de educação para o educador Paulo Freire (1996) é:

[...] a educação, especificidade humana, como um ato de intervenção não está sendo usado com nenhuma restrição semântica. Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a História e manter a ordem injusta (FREIRE, 1996, p.68).

Nesse sentido, a educação é a forma pela qual o ser humano pode conseguir a transformação social, haja vista que possibilita a interação entre o conhecimento de mundo e as novas habilidades e competências que deverão ser desenvolvidas.

A educação pode ser entendida como uma prática social capaz de criar e transmitir determinados tipos de saberes, de crenças e de valores, estes conhecimentos podem circular na sociedade tanto para o processo de humanização quanto para a transformação do mundo em que vivem. Um dos objetivos de uma

educação bem direcionada é que faça com que as pessoas atuem de forma crítica e criativa dentro da sociedade a fim de que estas pessoas não se tomem servis à estrutura capitalista, a perpetuação das desigualdades e preconceitos dentro de uma sociedade.

No que diz respeito a Educação do Campo, Caldart, afirma em um texto que preparou para o III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), realizado em Luziânia (2007), que o “conceito de Educação do Campo tem raiz na sua materialidade de origem no movimento histórico da realidade a que se refere. (...) é um conceito em movimento”.

A supracitada autora, aponta três questões importantes para a discussão conceitual da Educação do Campo, que são:

Primeiro: “A materialidade de origem (ou de raiz) da educação do Campo exige que ela seja pensada/trabalhada sempre na tríade: Campo - Política Pública – Educação. De acordo com a autora supracitada, Essa tríade não pode em hipótese alguma ser pensada separadamente.

A educação do campo surge da mobilização dos movimentos sociais por uma política educacional para as comunidades camponesas. Políticas essas que estejam em consonância com os ideais de construção de um outro projeto de campo para o país.

Segundo: “A Educação do Campo trata de uma especificidade; assume-se como especificidade: na discussão de país, de política pública, de educação”.

De acordo com Caldart (*op cit*), a formulação de políticas educacionais não pode se dar de modo genérico, sem se considerar as especificidades dos diversos sujeitos. Isto porque existem especificidades no tocante aos processos de formação pelo trabalho, pela cultura e pela própria organização e militância política dos quem trabalham e vivem do campo.

Terceiro: “O movimento da educação do campo se constitui de três momentos que são distintos, mas simultâneos e que se completam na configuração do seu conceito, do que ela é, está sendo, poderá ser”.

De acordo com a supracitada autora, a educação do campo se constitui em denúncia e resistência, mas também, é um projeto, é utopia.

O conceito de educação do campo foi paulatinamente sendo formado no interior dos movimentos sociais. Nesse aspecto, merece destaque a I conferência nacional para Educação do Campo realizada em 1998. Marca aquela Conferência a

criação do “Movimento por uma Educação Básica do Campo” envolvendo grupos organizados, pesquisadores e alguns governos do país. Na ocasião a frase educação do campo apresentava uma nova conotação. Caldart (2002) afirma em seus estudos “ser esse o momento do batismo coletivo de um novo jeito de lutar e pensar a educação para o povo brasileiro que vive e trabalha no e do campo”. E continua:

Educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações (IBDEM, p. 13).

O ponto principal para esse surgimento foram as organizações e lutas sociais por uma política pública de Educação do Campo que garantisse o direito à educação às populações camponesas. CALDART (2002).

Com relação à incumbência estatal das políticas públicas educacionais para a educação do campo, aplicando o princípio constitucional da isonomia, o Poder Executivo ao implementar políticas educacionais, tem como obrigação não negar direitos a quem quer que seja, pois é seu dever não estabelecer privilégios ou discriminações. Assim também ao Legislador compete elaborar programas de ações concretas para reduzir as desigualdades existentes na sociedade, por meio das políticas públicas, que são as principais ferramentas dos direitos sociais. Ao passo que ao Poder Judiciário cabe julgar as demandas, nos casos de omissão dos demais poderes na elaboração e implementação dessas políticas públicas.

Ressalta-se que a educação é um direito social, conforme disposto no art.6º da Constituição Federal e, portanto, acessível a todos, sendo de incumbência do Estado permitir o acesso e a permanência ao ensino básico. Nesse sentido, elucida o art. 205 da Constituição Federal:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Nos casos de descumprimento do acesso ao ensino obrigatório e gratuito, tendo em vista que se trata de um direito público subjetivo, assim a não-oferta ou

sua oferta irregular, implica na responsabilidade da autoridade competente, podendo o Ministério público, associação de pais e alunos, sindicatos, entre outros, interpor medidas judiciais e administrativas.

Quanto à educação do campo a Lei nº 9.394/1996 aborda sugestão: No que tange a educação do Campo, a Lei 9.394/1996 explicita em seu artigo 28 que,

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rurais - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Sendo assim a educação dedicada aos povos que vivem no campo deve busca entender os processos educativos, na diversidade de fatores que constitui o homem e o lugar camponês. Desta forma é preciso olhar o processo educativo a partir de seus protagonistas, ou seja, os professores precisam interagir com os alunos, pois agindo dessa forma o trabalho docente parece uma fonte inesgotável de elementos de estudo.

1.1 Diretrizes operacionais por uma educação básica no campo

Neste capítulo tratamos das Normativas para Educação Básica do Campo, mostrando alguns programas voltados para a Educação do Campo, mas com ênfase para o Pronex.

1.1.1 Normativas para Educação Básica do Campo

Após o I ENERA, e a I e II Conferência, era preciso galgar passos maiores como a elaboração e aprovação de leis que garantissem o devido direito dos povos, cidadãos do campo. E assim, veio à aprovação, em 2002, da Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 03 de abril, as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, que se consolidou como um importante marco para a história da educação brasileira, como uma conquista no espaço das políticas públicas, que discute a educação do campo

no âmbito de um projeto de desenvolvimento onde as pessoas se inscrevem como sujeitos de direitos e supõe a identificação de um modo próprio de vida social e de utilização do espaço, delimitando o que é a identidade da escola do campo. O documento defende como fundamental para as escolas do campo:

1) Que as Diretrizes sejam levadas em conta nos projetos das instituições integrando os diversos sistemas de ensino adequando os projetos escolares do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para todas as modalidades de ensino que a escola abranger inclusive nos diferentes grupos campestres e garantindo a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de nível técnico.

2) Que as escolas do campo possam se definir de acordo com sua identidade cultural proporcionando um espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável; contemplando, portanto, a diversidade do campo, com todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

3) Que sejam elaboradas propostas pedagógicas no âmbito da autonomia das instituições do campo proporcionando a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem. Que o ano letivo seja estruturado independentemente do ano civil. E as atividades constantes possam ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, de acordo com as necessidades dos educandos.

4) Que as atividades curriculares e pedagógicas sejam direcionadas para um projeto de desenvolvimento sustentável e a execução do controle social da qualidade da educação escolar pela efetiva participação da comunidade do campo. Que as demandas provenientes dos movimentos sociais possam subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais, respeitando o direito à educação escolar, nos termos da legislação vigente.

5) Que seja garantida a gestão democrática, possibilitando as relações entre a escola, a comunidade, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e demais setores da sociedade como também a consolidação da autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade e a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino.

6) Que seja garantida a formação de professores em nível superior para a qualificação mínima, para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o curso de formação de professores em Nível Médio, na modalidade Normal como também o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida dos povos do campo.

7) Que o poder público leve em consideração as especificidades do campo nas questões de atendimento nas exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores apenas quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais (BRASIL, 2002).

Assim, vimos que as Diretrizes fazem uma orientação quanto aos princípios e procedimentos necessários para garantir a universalização do acesso e a permanência da população no campo a todas as etapas e modalidades da educação básica, ressaltando a elaboração de propostas pedagógicas específicas que incluam um projeto de desenvolvimento sustentável e a participação das comunidades para a implementação de um processo de gestão democrática nas escolas, bem como a garantia de formação inicial e continuada de professores, de acordo com as especificidades do campo.

É preciso reafirmar que as Diretrizes são fundamentais porque reconhecem o campo como espaço de vida, conhecimento e realização da justiça social no Brasil. Contudo, após doze anos da organização das Diretrizes Operacionais para Educação do Campo, ainda há desconhecimento por parte da grande maioria dos

secretários municipais de educação, professores e gestores, percebe-se que em muitas escolas do campo, não existe ainda um olhar diferenciado com uma proposta pedagógica que valorize este público, que deixe de ver o campo como um espaço ocupado por “coitados”, mas sim como um espaço de desenvolvimento social integral pautado num processo de humanização em torno dos seus direitos, um processo educacional dinâmico. Ainda, em muitas escolas não se respeita as especificidades das comunidades, suas tradições, qualificações e saberes.

É importante salientar que o município de Santa Rita é regido pelas normativas nacionais, uma vez que não há resolução nem estadual nem municipal.

1.1.2. Pronera

As políticas voltadas para a educação do campo, já provocaram várias pesquisas sobre a construção social do conhecimento estas marcaram o início de uma série de transformações nas relações habituais nos processos de ensino-aprendizagem, e a Educação do Campo propõe que entre em cena a interatividade, o diálogo e também a autonomia do aluno, sua cultura e seu modo próprio de vida. Tudo isto está contemplado nas políticas públicas. A este respeito Bernardo afirma que:

As políticas públicas educacionais devem ser universalizantes, mas devem também ser específicas, para que determinados grupos vulneráveis da sociedade possam ter acesso aos direitos previstos nos documentos oficiais. É nesse contexto que se pode afirmar a constitucionalidade do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que tem tido papel fundamental na redução das desigualdades sociais e regionais em nosso País, assegurando a formatação de políticas públicas diferenciadas que visem a garantir o acesso à educação (BERNARDO, 2008, p. 38):

No que tange às conquistas das políticas públicas para a educação do campo pode-se destacar a construção do movimento de educação do campo com articulação com outros movimentos sócias, organizações e instituições; inserção da educação do campo na agenda do governo federal; elaboração de normas legais; constituição de espaços de gestão nas diferentes esferas administrativas; instituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA, em 1998; a instituição e ampliação do Programa de apoio às Licenciaturas em educação do

campo (PROCAMPO); a criação do observatório de educação no campo; instituição do programa saberes da terra e o programa nacional de educação do campo.

Contudo, espera-se que haja a implementação das normas legais nos Estados e Municípios, bem como o fortalecimento das práticas educativas da sociedade civil. Também se deseja o fortalecimento das Licenciaturas em educação do campo, inclusive de pesquisa, extensão e ensino nas universidades e a formação continuada dos professores.

É importante lembrar que todas estas políticas públicas são consequências de lutas por uma melhor educação e isto inclui a Educação do Campo vem sendo construída, sobre as lutas realizadas para que esta educação se tornasse concreta. De acordo com Pereira (2009), foi na década de 1990 que esse movimento começou a tomar força no Brasil, sob a pressão dos Movimentos Sociais do Campo. Assim foi que a Educação do Campo surge no cenário brasileiro, ocupando espaços nos órgãos governamentais.

A primeira ação governamental importante para atender às reivindicações dos Movimentos Sociais do Campo ocorreu com a assinatura, pelo Ministro Extraordinário de Política Fundiária, no dia 16 de abril de 1998, da portaria nº 10/98, que criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e aprovou o seu Manual de Operações, com o intuito de fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para as especificidades do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

II. Contextualizando o município de Santa Rita

O município foi criado em 1597, faz parte da Região Metropolitana de João Pessoa, estado da Paraíba. Apresenta uma superfície de 726 km² de área (IBGE, 2012) e com uma população de uma população de 121.994 habitantes. Limita-se com os municípios de Cabedelo (23 km), Lucena (27 km), Rio Tinto (36 km), Capim (28 km), Sapé (27 km), Cruz do Espírito Santo (12 km), Conde (18 km), Pedras de Fogo (34 km), Alhandra (45 km), Bayeux (7 km) e João Pessoa (12,7 km) (WIKIPEDIA, 2014).

A fundação da cidade ocorreu imediatamente à fundação de João Pessoa, em 1585, o responsável por esta colonização foi o português Barbosa. Vale salientar que durante este processo houve muitos conflitos entre portugueses, os tabajaras e os potiguares. Estes últimos tinham o apoio dos franceses.

Consta do século XVI, o primeiro núcleo não nativo que se instalou décadas antes da fundação de Filipéia, conhecido como feitoria do Forte Velho, que foi uma das primeiras mercearias instalada junto a Baía da Traição.

Santa Rita teve origem no acampamento de nativos, colonos, exploradores, comerciantes, criadores e até tropas militares. O início da cidade se deu onde hoje é conhecido como Tibiri. Na época em 1771 era o Forte de São Sebastião e próximo a ele foi construída a capela que, juntamente com o primeiro engenho de açúcar, se tornaram o marco para a formação do povoado.

Foi a partir de então que teve início o distrito de Santa Rita pela Lei provincial nº 2, de 20 de fevereiro de 1839. Para a criação do município foi instituído o declarado o Decreto estadual nº 10, de 9 de março de 1890. Para Presidente do Conselho de Intendência Municipal, foi nomeado Antônio Cordeiro Gomes de Melo, este cargo equivalia ao de Prefeito Constitucional. Este cargo foi extinto após a Lei estadual nº 79 de 24 de setembro de 1897 que instituiu Santa Rita como território independente da cidade de Paraíba. No que se refere aos aspectos religiosos, a padroeira Católico-Romana do município é Santa Rita de Cássia.

A sede municipal recebeu foros de cidade pela Lei estadual nº 613, de 3 de dezembro de 1924, que foi extinta e restaurada pelo Decreto estadual n.º 352, de 28 de dezembro de 1932.

Inicialmente apenas com a sede, sofreu diversas reformulações administrativas chegando em 1959 a contar com os distritos de Livramento, Lucena e Bayeux. Desse ano em diante perdeu os distritos de Bayeux (1959) e Lucena (1961), pois os mesmos foram municipalizados.

2.1. Subdistritos e localidades rurais de Santa Rita-PB

De acordo com a consulta realizada ao site (WIKIPEDIA 2014) a área rural do município de Santa Rita é composta por 50 comunidades: Cadene, Cangulo, Cauira, Chã do Congo, Cicerolândia, Cotovelo, Estiva, Forte Velho, Gargaú, Jacaraúna, Lerolândia, Mel de Furo, Monte Alegre, Mumbaba Alecrim, Mumbaba dos Canários, Mumbaba de Belez, Mumbaba Bandeirante, Mumbaba Caiçara, Mumbaba (de Baixo e de Cima), Mumbaba de Peninchos, Mumbaba dos Américos, Livramento, Odilândia, Oiteiro, Prego, Reis, Ribeira (de Baixo, do Meio e de Cima), Santa Ana, Santo André, Socorro, Taboleiro de Santana, Taboleiro do Leandro, Tambauzinho, Tibirizinho, Usina Santana, Usina São João, Várzea Nova, Vigário, Santo Amaro, Povoado de São Bento, Sítio Reis, Usina Santa Rita, Engenho do Meio, Volta do Quimba (Coimbra), Nossa Senhora do Patrocínio, Jaburu, Fazenda Caldeirão, Babilônia, Jacaraúna, Tapira (WIKIPEDIA, 2014). Estas comunidades têm 27 escolas, que na maioria das vezes funcionam de forma precária, uma vez que algumas têm água encanada e outras são abastecidas por cisternas. No entanto todas têm energia elétrica. Em relação ao transporte público e a saúde podemos dizer que são precários. Outro dado importante é que por não haver ensino médio e superior nestas comunidades 500 alunos em média utilizam o transporte escolar que é oferecido pelo município em parceria com o estado.

2.2. Aspectos econômicos do município de Santa Rita

O município de Santa Rita tem como base econômica a indústria e comércio, mas a agricultura e a agropecuária têm uma grande importância. Pois o município é o segundo maior produtor de abacaxi da Paraíba, além de possuir uma grande produção de cana-de-açúcar. O município também conta com várias indústrias: como a Metalbrasil Metalúrgica, a Alparbatas As (calçados), Velas Santas Claras,

Carioflex (estofados), Cincera (cerâmica), Ceramina (cerâmica), Caiongo (cerâmica), Lajes Sigma (pré-moldados de cimento), Cosibra (sisal), Brastex (sisal), Demyllus (confeções), Valtex (confeções).

A cidade também é bem servida em relação a agências bancárias, apesar de ser uma cidade de médio porte, há em Santa Rita cinco agências bancárias que são: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e posto de atendimento do HSBC.

O município ainda se destaca por apresentar muitas fontes de água mineral, por isso, há muitas indústrias neste ramo, dentre elas: Água Mineral Platina, Água Mineral Indaiá, Água Mineral Sublime e Água Mineral Itacoatiara. (WIKIPEDIA, 2014).

2.3. A educação no município de Santa Rita

De acordo com o WIKIPEDIA 2014, atualmente, o município de Santa Rita-PB possui 24 escolas municipais na zona urbana, e 27 (51,92%) escolas municipais na zona rural. O corpo docente é composto por 208 professores com nível superior e 25 (48,08%) professores de nível médio e, apenas 01 com ensino fundamental. O total de discentes é de 4.593 alunos, cursando desde a educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental.

A educação do município de Santa Rita conta com ensino médio público nas escolas Luiz De Azevedo Soares, Odilon Ribeiro Coutinho, o colégio Machado de Assis, colégio Anibal Limeira, Escola Enéas Carvalho e o colégio Carlos Chagas. Na rede particular existem as escolas Dom Bosco, CNEC, União, IEPAPS, Exatus Colégio e Curso, Cest., CCJAA (Colégio e Curso José Américo de Almeida, e o Rosa de Saron O COFRAG - colégio Dr. Francisco Aguiar, fundado em 05 de janeiro de 1964, esta foi a primeira escola particular de Educação Básica no município de Santa Rita Paraíba Ltda., mantenedora da FAFIL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, oferecendo cursos de graduação e de pós-graduação.

Santa Rita já se destacou na Educação Paraibana, com o Colégio Estadual Enéas Carvalho, que era equivalente ao Lyceu Paraibano em qualidade de ensino.

Além deste, outro colégio que também se sobressaiu foi a Escola Normal Estadual Anísio Pereira Borges.

Em relação à arte e a cultura Santa Rita ainda precisa avançar, pois este campo ainda não é muito explorado, entretanto há traços muito ricos, formado por atores; repentistas; músicos; dançarinos; coreógrafos; poetas; artesãos; cineastas; artistas plásticos. Um dos pontos marcantes da cultura da cidade são as lapinhas, que são bem exploradas no período natalino.

Santa Rita tem três bens tombados pelo patrimônio histórico federal: são estes a Capela do antigo Engenho Una (atual Engenho Nossa Senhora do Patrocínio), a Igreja de Nossa Senhora das Batalhas e a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (1938-2012).

No que diz respeito ao teatro havia em Santa Rita o teatro municipal, chamado "Teatro Oficina das Artes". Este ficava localizado no bairro da Liberdade no centro da cidade, mas foi demolido pelo poder público municipal, para ser construída no local uma agência bancária particular. Com o fim do teatro, foram extintos a banda filarmônica e o grupo de cultura popular Massapê que funcionavam naquele espaço. Atualmente, a cidade só conta com um teatro particular no Conjunto Tibiri II.

Já em relação à dança o município valoriza muito as danças da própria cidade levando em consideração as características de cada localidade. Estas manifestações se intensificam nos períodos juninos quando há apresentação de várias quadrilhas que procuram resgatar as raízes da terra.

Ao concluirmos a apresentação do município de Santa Rita, passaremos a análise dos dados coletados sobre as políticas públicas para a Educação do Campo do referido município.

III. O olhar do educador para as políticas públicas para a educação no município de Santa Rita

Nesta parte trataremos da análise e discussão dos dados coletados sobre as políticas públicas para a Educação do Campo do município de Santa Rita e tem como problemática a dificuldade na efetivação das políticas públicas educacionais para a educação do campo neste município.

Partimos da compreensão de políticas públicas como: “Os conjuntos de ações resultantes do processo de institucionalização de demandas coletivas, constituído pela interação Estado-sociedade” (DORNELES, 1990).

Dentre as políticas públicas para a população do campo podemos destacar: PDDE- Campo; PDDE- Água; PNLD-Campo (Programa Nacional do Livro Didático); e o PRONACAMPO.

Um dos problemas relacionados à Educação do Campo diz respeito ao fato das políticas públicas não surtirem os efeitos desejados e positivos, ou seja, estas políticas não são direcionadas como deveriam ser. Pois sabemos que há muitos programas, ações e projetos voltados para este fim, no entanto as escolas do campo continuam precárias, apresentando baixo índice de aprendizagem e evasão escolar.

Participaram da pesquisa 08 profissionais da secretaria de educação do município de Santa Rita, que trabalham diretamente com a Educação do Campo. Destes, cinco são professores, um é gestor e dois são técnicos. Estes profissionais responderam a um questionário contendo dez questões, acerca das políticas públicas e projetos na área da educação para o município citado acima.

3.1 Identificação dos entrevistados:

Dos oito entrevistados, sete entrevistados são do sexo feminino e um do sexo masculino. Apesar da pesquisa não ter caráter quantitativo, observamos que a prevalência do gênero feminino dentre os entrevistados, indica que na área da educação o sexo feminino tem prevalência.

Quanto à profissão e ao cargo que ocupam, cinco vêm desempenhando a função de professor, dois vêm atuando como técnicos e um entrevistado atua como gestor escolar.

O tempo de atuação na área da educação dos entrevistados pode ser assim apresentado: quatro entrevistados se encontram entre 14 e 20 anos de atuação; dois entrevistados possuem mais de 25 anos de atuação, e dois entrevistados possuem menos de dez anos neste serviço.

Esse tempo de atuação demonstra que os referidos entrevistados possuem uma vasta experiência no campo da educação.

Nesta questão podemos observar que há pesquisado com um maior tempo e outros que atuam há pouco tempo. Acreditamos que esta questão não tem muita interferência no desempenho dos profissionais que atuam na Educação do Campo. Vale salientar que não encontramos teóricos falando sobre tal questão.

Quando indagados quanto ao envolvimento da escola com as políticas públicas para educação do campo no município de Santa Rita, obtivemos as seguintes respostas:

Dois afirmaram que a escola está totalmente envolvida; quatro afirmaram que está envolvida parcialmente e dois colocaram que não há envolvimento da escola com as políticas públicas.

Acreditamos que isto se deve ao fato de não haver uma política pública direcionada exclusivamente para o referido município, ficando desta forma mais difícil às escolas se pautarem por pareceres nacionais.

Em seguida procurou-se saber dos entrevistados a opinião dos mesmos acerca das políticas públicas para a educação do campo do município e se as mesmas estavam levando melhorias para o ensino-aprendizagem.

Neste item obtivemos o seguinte resultado: Seis entrevistados afirmaram que sim, que há melhoria no ensino-aprendizagem, e, dois afirmaram que não apresenta melhoria no ensino-aprendizagem.

Os que responderam sim justificaram suas respostas. Dentre as respostas podemos destacar depoimentos como:

“Sim, mas precisam ser mais bem implementadas, pois falta acompanhamento por parte da Secretaria” (Entrevistado um). “A proposta das políticas públicas é justamente a de levar a escola a efetivar o processo de ensino e aprendizagem”. (Entrevistado dois);

“Os educadores vêm participando dos seminários temáticos “Educação do Campo” e outras formações também vêm contribuindo para melhorar a atuação das práticas educativas em sala de aula”. (Entrevistado três);

“As políticas estão trazendo sim melhorias, pois tudo que vem para somar com a Educação dá sua contribuição. No entanto é necessário que a comunidade escolar e a comunidade do entorno da escola tenham a consciência das necessidades da escola para que a política pública venha em consonância com as necessidades” (Entrevistado cinco).

Os que responderam negativamente afirmaram que o olhar da Secretaria de Educação só se volta para as escolas da zona urbana. Um dos entrevistados afirmou que as melhorias adquiridas nas escolas do campo se devem mais as ações docentes dos que ali atuam:

“As melhorias de ensino aprendizagem que existem em algumas escolas do campo decorrem do interesse/compromisso pessoal de algumas professoras, mas não têm o respaldo de políticas públicas”. Afirmo o entrevistado.

Podemos então concluir, a partir das respostas obtidas que as políticas públicas educacionais para as escolas do campo estão trazendo melhorias para o município. O que de certa forma entra em contradição com o achado anterior, em que os entrevistados afirmaram que as escolas se envolvem apenas parcialmente nas políticas públicas.

Talvez por isso, ainda não esteja suficientemente claro o que seja educação do campo, pois os entrevistados ao se referirem a estas políticas citam o Programa Mais Educação que é também destinada a educação urbana.

Outra indagação feita aos entrevistados foi acerca da interação multidisciplinar da escola em relação à teoria e a prática.

Dois entrevistados afirmaram que não há interação entre teoria e prática. Os demais entrevistados (seis) afirmaram que existe uma interação parcial.

A este respeito Freire (1987, p. 86): afirma “Não é possível ao educador desconhecer, subestimar ou negar os saberes da experiência feitos. O respeito ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural”.

Percebemos assim, que Freire (1987) faz críticas às práticas tecnicistas e mecanicistas, de tal modo que elaborou uma proposta de educação libertadora, voltada para a transformação social e, portanto, centralizada no sujeito histórico que

produz, apropria e vive a educação, localizado numa determinada situação no mundo.

A questão de número quatro procura saber quanto aos pontos positivos e negativos das políticas públicas para a educação do campo no município em foco. As respostas obtidas podem assim ser sintetizadas:

Aspectos positivos: que buscou saber dos entrevistados quais os pontos positivos e os pontos negativos das políticas públicas para educação do campo no referido município. Obteve-se aí as seguintes respostas:

Pontos positivos:

1. Quando se trata de políticas do âmbito federal existe mais empenho por parte dos gestores locais;
2. As políticas públicas quando efetivadas, elas direcionam a escola a desenvolver atividades que respeitem a realidade do campo;
3. O avanço da educação do campo no município como resultado da inserção das políticas públicas direcionadas para este objetivo;
4. Hoje há um olhar direcionado para a escola do campo. Já existem políticas que asseguram e legitimam a educação do campo;
5. As políticas públicas de educação do campo, uma vez que elas têm trazido atividades relacionadas à vida dos alunos, fazendo com que haja uma maior motivação por parte destes;
6. As políticas públicas de educação do campo têm trazido atividades relacionadas à vida dos alunos, fazendo com que haja uma maior motivação por parte destes;

Quanto aos pontos negativos, destacam-se os seguintes comentários:

1. Muitos profissionais da educação desconhecem a existência das políticas públicas para a educação do campo;
2. Falta de Formação continuada para os profissionais;
3. Educadores não são residentes no campo e por isso não conhecem a realidade campesina;
4. Planejamento sem a participação da comunidade escolar;
5. A não valorização da formação continuada por parte de alguns educadores;
6. Desconexão entre a teoria e a prática;
7. Ausência de políticas públicas que garantam qualidade na infraestrutura das escolas;

8. Ausência de transportes para os professores;
9. Falta de estradas acessíveis;
10. Falta de incentivo salarial para os professores do campo;
11. Falta de interesse de alguns profissionais em se inteirar das políticas públicas para a educação do campo;
12. Falta divulgação destas políticas por parte das secretarias de educação;

Percebemos nestes questionamentos que há respostas diversas em relação aos pontos positivos e negativos, contudo, a maioria dos entrevistados afirmam que as políticas públicas educacionais trazem aspectos positivos.

É importante lembrar que mesmo sabendo da precariedade em muitos casos, ainda se pode contar com leis que garantem ações voltadas para que algo positivo ocorra na Educação do Campo.

A quinta questão do Questionário objetivava saber a opinião dos entrevistados a respeito das políticas públicas para o município estimularem o desenvolvimento rural.

Todos os entrevistados responderam que sim, porém associando essas ações aos seguintes fatores:

1. Envolvimento da comunidade (três entrevistados).
2. Atentas as potencialidades da região (dois entrevistados).
3. Com o compromisso da Secretaria de educação e da escola (dois entrevistados).
4. Valorização dos professores tanto no aspecto salarial como no aspecto da formação.

A título de exemplo transcrevemos as palavras de dois entrevistados:

Começando por ouvir a comunidade e a partir daí eleger as prioridades e necessidades. Entender e respeitar a diferença entre a cidade e a zona rural é fundamental para que a escola construa seu projeto político pedagógico contextualizado e contribua para as melhorias da localidade. (Entrevistado número um).

Todas as políticas públicas para a educação do campo é um incentivo para o desenvolvimento do meio rural, desde que elas sejam de fato efetivadas. (Entrevistado número quatro).

Para esta questão as respostas foram positivas, no que diz respeito ao estímulo por meio das políticas públicas para o município de Santa Rita. Este achado é confirmado por Caldart (2008). Quando afirma que:

As políticas para a Educação do Campo são positividade – a denúncia não é espera passiva, mas se combina com práticas e propostas concretas do que fazer: a educação, as políticas públicas, a produção, a organização comunitária, a escola [...].
A Educação do Campo é superação – projeto/utopia: projeção de outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Perspectiva de transformação social e de emancipação humana (CALDART, 2008, p. 67-86).

Apesar dos entrevistados perceberem que estas políticas são positivas, é preciso destacar que ainda há muito a se fazer para que além de positivas elas sejam eficazes e satisfatórias.

A questão de número seis buscou verificar junto aos profissionais envolvidos na Educação do Campo se e as atividades pedagógicas contextualizadas poderiam melhorar a qualidade de ensino das escolas do campo e pediu sugestões.

De modo geral todos confirmam a necessidade e importância dessas atividades, mas como em outras respostas anteriores eles chamam a atenção para se considerar as especificidades. Isto se faz notar claramente nos comentários dos entrevistados dois e três:

Atividades pedagógicas contextualizadas vão contribuir para a formação da identidade dos alunos-sujeitos do campo; promover a interação entre escola e a comunidade; valorizar a cultura camponesa; promover o meio ambiente; valorizar o trabalho no campo, a agricultura familiar; promover o conhecimento e a prática da agroecologia, de novas tecnologias para o desenvolvimento do campo e conscientizar sobre o uso nocivo do agrotóxico, vai criar um calendário específico para a realidade do campo. (Entrevistado número dois).

Contextualizar a cultura dos movimentos sociais do campo e a cultura local, histórias de vida da comunidade, valorizando a diversidade humana e o homem do campo. (Entrevistado número três)

Aqui as respostas foram as seguintes o entrevistado número um disse que para que os profissionais se envolvam e produzam é necessário pensar na valorização destes, pois isto fica sempre em 2º plano. O entrevistado número dois

afirmou que a política de educação do campo é específica, portanto, as atividades escolares deverão ser contextualizadas para a realidade do campo, o entrevistado de número três explicitou a necessidade de contextualizar a educação, considerando a cultura do campo e a cultura local, histórias de vida da comunidade, valorizando a diversidade humana e o homem do campo.

O entrevistado 4 não fez nenhum comentário acerca da questão. O 5 afirmou que com certeza essa melhoria deve acontecer. Mas infelizmente a realidade destas escolas é mais complicada do que as escolas da zona urbana, é necessário que a Secretaria de Educação dê maior atenção e assistência para que elas não fiquem no esquecimento. O entrevistado 6 disse que já é possível vislumbrar com melhorias, mas muita coisa ainda precisa ser feita para que estas melhorias apareçam mais.

O entrevistado 7 disse que acredita ser o Programa Mais Educação, pois tem contribuído para uma melhoria; o entrevistado 8 respondeu que sim, uma vez que quando se discute as diversas situações que acontecem no entorno da escola e a partir daí elas se transformam em conteúdo no dia a dia das aulas as tais mudanças acontecerão.

Neste quesito é possível observarmos que a maioria dos pesquisados acreditam que atividades contextualizadas podem sim ser positivas para a Educação do Campo da cidade de Santa Rita. A este respeito Caldart (2002) afirma que há algumas pedagogias que norteiam a Educação do Campo, segundo Roseli:

Trata-se de combinar pedagogias de modo a fazer uma educação que forme e cultive identidades, autoestima, valores, memórias, saberes, sabedoria; que enraíze sem necessariamente fixar as pessoas em sua cultura, seu lugar, seu modo de pensar, de agir, de produzir; uma educação que projete movimento, relações, transformações (...) (CALDART, 2002, P.33).

A sétima questão do instrumento de pesquisa aplicado indagou aos entrevistados sobre a importância das políticas públicas desenvolvidas para educação do campo no município de Santa Rita, buscando saber qual dentre elas é a mais importante e por quê.

O Programa Mais Educação, apesar de não ser um programa formulado explicitamente para a população camponesa, foi citado por cinco dentre os oito entrevistados; já o PDDE, foi citado por três entrevistados. Mas não fica claro aqui se o mesmo se refere ao PDDE- campo.

Contudo, ao justificarem suas respostas, os mesmos chamam a atenção para aspectos como a importância de uma boa administração dessas políticas e também que despertem o interesse dos alunos.

Na questão de número oito, foi solicitado aos entrevistados que eles citassem algumas melhorias nas escolas do campo no município de Santa Rita que são consequências das políticas públicas.

Quatro entrevistados apresentaram as seguintes respostas:

Diminuição da evasão escolar, Transporte escolar; informática; merenda de qualidade e regionalizada; formação dos profissionais; material didático, mobiliário, tecnologia, estruturas físicas e incentivo financeiro.

Três entrevistados não responderam a questão e um se manifestou dizendo que não sabe responder.

Dando prosseguimento a pergunta anterior, a questão de número nove procurou saber dos entrevistados onde os mesmos percebem tais melhorias.

As respostas obtidas foram: Algumas escolas melhoraram seu IDEB; melhores resultados na aprendizagem dos alunos; diminuição do índice de evasão escolar.

Os quatro entrevistados que não responderam a questão anterior também não se manifestaram nessa questão.

Aqui é podemos concluir que a maioria dos pesquisados não responderam a questão, levando-nos a inferir que para estes não há melhorias consideráveis. Por isso concordamos com Caldart (2002). Quando afirma que

Os sujeitos da Educação do Campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente, sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária, sujeitos da luta por melhores condições de trabalho e pela identidade própria desta herança, sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades de direitos sociais respeitados, e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas (CALDART, 2002, p. 152).

Percebemos, portanto que ainda há muita angústia e que ainda são poucas as melhorias observadas neste aspecto.

Por último, a questão de número dez, solicita aos entrevistados que emitam sua avaliação a respeito das políticas públicas para o município.

As respostas obtidas podem assim ser representadas:

Para oito dos entrevistados as políticas públicas estão classificadas como Boa. Para um entrevistado ela está regular e um entrevistado se omitiu.

Neste item podemos entender que para os entrevistados há alguma melhoria, no entanto não são satisfatórias, pois eles concordam com melhorias, mas estas são regulares.

Aqui percebemos que estas melhorias são quase imperceptíveis, pois a ideia de que a Educação do Campo pode ficar em segundo plano ainda é muito forte, isto é evidenciado por esta afirmação de que:

A concepção de que o meio rural é um espaço de atraso foi fortalecida a partir da primeira metade do século XX, com o surgimento de um discurso modernizador e urbanizador, que enfatizava a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural. Segundo a ideologia da modernização, “o campo é uma divisão sociocultural a ser superada, e não mantida” (BRASIL, 2005, p.8).

Acreditamos que isto se deve a consequência dessa educação desordenada e excludente, e também a privação da população camponesa e da classe trabalhadora ao acesso às políticas e serviços públicos em geral, é que colaboraram para o acelerado processo do êxodo rural.

Considerações Finais

A Educação do Campo expressa uma nova visão quanto ao campo e o camponês, fortalecendo o movimento de lutas em torno da educação, opondo-se a um olhar que vê o povo do campo e o meio que estes estão inseridos como sinônimo de atrasado. A concepção de Educação do Campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e destaca o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de representação social e de desenvolvimento sustentável.

A partir desses fundamentos, em nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), buscamos apresentar a trajetória desta educação no cenário brasileiro e discutir políticas públicas educacionais da educação do campo no município de Santa Rita- PB. Concluído o trabalho percebemos a necessidade de se fortalecer estas políticas, além um melhor direcionamento das mesmas para o referido município. Constatamos que os profissionais conhecem as diretrizes operacionais e acreditam nas políticas públicas, bem como acham importante a utilização de práticas pedagógicas que valorizam a cultura e o modo próprio de vida dos sujeitos do campo. Mas também verificamos que os profissionais em questão afirmam que estas políticas são apenas parciais.

Deste modo, é preciso que os professores, gestores, demais funcionários, alunos e a comunidade continuem lutando para a efetivação destas políticas para a comunidade escolar camponesa do município de Santa Rita. Acreditamos que todos esses problemas elencados neste trabalho precisam ser superados, esta não deve ser uma luta apenas dos envolvidos na Educação do Campo, mas sim de toda

sociedade. Cabe aos que acreditam na Educação do Campo se organizar para, de forma coletiva, construirmos e sistematizarmos nossas próprias demandas.

Com a pesquisa realizada, percebemos que o município de Santa Rita enfrenta muitas dificuldades no que diz respeito à Educação do Campo, porém verificamos que os profissionais estão se esforçando para desenvolver práticas que ajudam no fortalecimento da identidade, da cultura e do desenvolvimento da comunidade. Assim, é importante que os educadores continuem procurando novas formas de pensar suas Práticas Pedagógicas, privilegiando uma compreensão de educação e de desenvolvimento que inclua os sujeitos do campo como protagonistas do seu processo de aprendizagem. Acreditamos que a experiência educativa desenvolvida pelos professores nas escolas situadas nas comunidades camponesas ganhará mais sentido à medida que aliar características culturais da vida no campo, valorizando particularidades que compõe o repertório e marcam a trajetória das populações que ali vivem.

Assim analisando as respostas dos entrevistados percebemos que muita coisa precisa ser melhorada no que diz respeito à Educação do Campo no Município de Santa Rita, uma vez que estas são desenvolvidas parcialmente. Acreditamos que isto poderia ser melhorado se houvesse um acompanhamento mais de perto por parte de uma equipe pedagógica voltada exclusivamente para a Educação do Campo.

Referências

BERNARDO, M. F. **Educação do Campo**: campo- políticas públicas organizadoras, Clarice Aparecida dos Santos. - Brasília: INCRA; MDA, 2008.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

_____, Ministério da Educação – **Referência para uma política nacional de Educação do Campo**. Caderno de subsídios, Brasília, DF, 2005.

_____, Resolução CNE/ CEB nº 1, de 3 de abril de 2002: institui diretrizes operacionais para a BRASIL. Ministério da educação (MEC). **Conselho Nacional de educação (CNE)**. Educação básica nas escolas do campo. Diário oficial da União, 9 de abril de 2002.

_____, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, Editora do Brasil S/A. Brasília/DF - 1996.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

_____, R. S. **Sobre a educação do campo**. In: SANTOS, Clarice (Org.). **Educação do campo**: Campo-políticas públicas-educação. Brasília, DF: INCRA; MDA, 2008. p. 67-86.

_____, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: **identidade e políticas públicas – Caderno 4**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo” 2002. p.33.

DORNELES, Malvina do Amaral. In KOLLING, E. J; NERY, I.J.; MOLINA. M.C. **Por uma Educação Básica do Campo**. Articulação Nacional por uma educação do Campo. Brasília, DF. 1999.

FERREIRA, F. de J; BRANDÃO, E. C. **Educação do campo**: um olhar histórico, uma realidade concreta. Revista Eletrônica de Educação. Ano V. No. 09, jul./dez. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo. Paz e Terra, 1996. 165p.

_____, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. p. 86.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed São Paulo: Atlas, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994, 263p.

PEREIRA, A. A. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: das Ligas aos Assentamentos Rurais**. João Pessoa: Editora Universitária, 2009.

Santa Rita (Paraíba). Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Rita_\(Para%C3%ADba\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Rita_(Para%C3%ADba))>. Acesso em: 01 jun. 2014.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA

IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUIDA	
	PROFISSÃO
ENDEREÇO	CARGO
E-MAIL	TEMPO DE ATUAÇÃO

1) A escola está se envolvendo com as políticas públicas para educação do campo do município de Santa Rita?

Totalmente () parcialmente () às vezes () não se envolve ()

2) Na sua opinião as políticas públicas para educação do campo do município de Santa Rita estão trazendo melhorias para o ensino aprendizagem?

sim () não ()

justifique.

3) Você considera que há interação multidisciplinar da escola em relação à teoria e a prática?

sim () não () parcialmente ()